

CIDADANIA (IN)DESEJADA: FORTALECENDO A DEMOCRACIA**(UN)WANTED CITIZENSHIP: STRENGTHENING DEMOCRACY****SALVADOR, Natália Karoline Cândido Salvador**

Instituto Federal de Pernambuco; natalia_karoline94@hotmail.com

BARRETO, Gustavo Leonardo Silva

Instituto Federal de Pernambuco; ogustavobarreto@gmail.com

CRUZ, Igor Sacha Florentino

Instituto Federal de Pernambuco; igorcruz@recife.ifpe.edu.br

RESUMO

O curso Cidadania (In)desejada fundamenta-se na ação da pesquisa para a criação e aprimoração de métodos e processos didáticos que venham a contribuir com a formação cidadã dos jovens do ensino médio da rede pública estadual de Pernambuco. O objetivo do curso é formar os estudantes concluintes da educação básica para a leitura da dimensão política da vida pública, visando o exercício da cidadania para além das urnas, através da compreensão dos diversos ambientes institucionais e instrumentos de participação popular para que intervenham de maneira democrática, em defesa da coletividade e da prática cidadã. O tipo de pesquisa foi exploratória, em que se fez uma análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Também, o curso Cidadania (In)desejada foi ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE como um laboratório para futura aplicação nas próximas escolas parceiras. A discussão dos conteúdos relacionados à cidadania e à política teve um universo amplo e, por vezes, foram associados a ela o uso de músicas, quadrinhos, séries, filmes, vídeos, jogos e simulações. No que tange ao referencial teórico, fundamentou-se nos pensadores Safatle (2017) e Carneiro e Nogueira (2008). Através da utilização de jogos e dinâmicas durante as aulas aplicadas, foi possível observar que esses estudantes possuem uma preocupação com a prática cidadã. Portanto, é chegada à conclusão de que os estudantes devam ter um papel protagonista durante a formação cidadã para que, com isso, compreendam que eles são agentes de transformação dentro da sociedade.

Palavras-chave: Cidadania. Formação cidadã. Educação básica.

ABSTRACT

The course (un)wanted citizenship, is based in an action of research for the creation and improvement of methods and didactic process that contributes with the high school young citizen formation of public network of schools in Pernambuco. The course aims to form the senior students of basic education to a better reading of the political dynamic of public life, developing the citizenship exercise to beyond the voting action through the understanding of different institutional environments and instruments of popular participation to intervene in a democratic way in defense of collectivity and the citizen practice. The research was exploratory, through an analysis of Education Law (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Also, the (un)wanted Citizenship course was offered at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco - IFPE as a laboratory for future

application in partner schools. On the other hand, there were discussions of contents related to the citizenship and politics in a large universe sometimes associated with: music, comic books, series, movies, institutional videos and some YouTube channels, games, and simulations. As to theoretical approach, we based our research on Safatle (2017) and Carneiro and Nogueira (2008). Using games and dynamics, during applied classes, it was possible to observe that the students have a concern with citizen practice. Therefore, the conclusion is that students must have a leading role during the citizen formation so that they understand they are agents of transformation within society.

Keywords: Citizen. Citizenship. Basic education.

1 Introdução

Atualmente, segundo o filósofo Vladimir Safatle (2017), vivemos um momento global de bloqueio das relações entre universidade e sociedade civil. A partir dessa crítica que observa a transformação dos centros acadêmicos em “guetos de luxo”, poderemos notar que o Projeto de Extensão aqui desenvolvido, caminha na contramão dessa lógica, que prega que apenas uma determinada parcela da sociedade deva possuir e usufruir do acesso ao conhecimento. O curso Cidadania (In)desejada fundamenta-se na ação da pesquisa para a criação e aprimoração de métodos e processos didáticos que venham a contribuir com a formação cidadã dos jovens do ensino médio da rede pública estadual de Pernambuco. A iniciativa promove um questionamento acerca de que tipo de cidadania estamos construindo no Brasil e qual forma de cidadania é desejada e indesejada à nossa sociedade.

Sem dúvida alguma, uma cidadania ativa, democrática, participativa, solidária e crítica, compromissada com o bem comum e a coletividade, provoca insatisfação por parte de setores da sociedade que ao longo da história estruturam a ordem social, política e econômica em benefício próprio, em detrimento da maioria. Ao desenvolver esta cidadania o “*status quo*” é abalado e, por isso, esta participação popular nas estruturas do governo representativo não é desejada. No entanto, há uma cidadania desejada por estes setores, que tem relação direta com um estilo de vida individualista e acrítico. Mais voltada para construção de consumidores do que cidadãos, essa cidadania é bem-vinda, ela é desejada, pois não promove mudanças estruturais em favor da garantia de direitos fundamentais. As mudanças defendidas por estes cidadãos tem mais relação direta com os princípios de mercado do que com avanços democráticos. Por isso, adotamos a nomenclatura “indesejada” para o tipo de cidadania estimulada por nosso processo educacional, pois o fortalecimento

da democracia está diretamente relacionado com a formação dos cidadãos indesejados.

No tocante aos estudantes, para compreender o lugar histórico em que eles estão inseridos, é essencial analisar a longa narrativa de lutas, violência, reivindicações de autonomia e igualdade, busca por direito e construção de cidadania na qual a história brasileira vem se firmando. Visto que, de acordo com as professoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p.500), “direitos nunca chegam de uma vez por todas”, é necessária a construção de uma consciência política e do preparo para o exercício da cidadania dentre os jovens; eles devem conseguir atinar sobre seu lugar histórico. A saber, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 prevê como um dos principais objetivos para a educação básica obrigatória o preparo desse exercício da cidadania, tendo como base a Constituição Federativa Brasileira de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã.

Faz-se urgente tratar da formação cidadã, visto que, estamos em uma conjuntura polarizada, que tende a transformar as discussões políticas em guerras ou evitar que elas aconteçam. Nesse sentido, a escola tem um papel determinante, pois é o lugar onde há o processo de desenvolvimento do pensamento crítico-criativo dos estudantes na medida que, como afirmam Carneiro e Nogueira (2008, p. 87), “[...] lhes possibilite o exercício da dúvida, da indagação, do questionamento constante da interpretação e compreensão da realidade, para melhores condições de vida no planeta [...]”. Diante disso, o aprendizado escolar é de fundamental importância para a leitura de mundo e consequente posicionamento dos indivíduos em sociedade, onde a escola configura-se como uma ponte entre o cidadão e a política.

Por esses fatores, o curso Cidadania (In)desejada é fruto do projeto de pesquisa em desenvolvimento no IFPE pelo Prof.º Drº Igor Sacha F. Cruz, intitulado "A formação cidadã e a Geografia escolar no ensino médio: que tipo de cidadãos formamos", que analisa a compreensão dos estudantes do terceiro ano sobre Estado, Democracia, Governo, Tripartição de Poder e Organização Político-Administrativa. Através da aplicação da Prova Civitas, que trabalhou com uma amostragem de 825 estudantes, o instrumento de pesquisa analisou cinco conceitos fundamentais para uma formação cidadã crítica, participativa e solidária, comprometida com a consolidação da democracia fundamentada nos princípios constitucionais. Essa amostragem norteou o tipo de abordagem e de discussões que

foram realizadas como laboratório com alunos do IFPE - *Campus Recife* e que serão aplicadas, a posteriori, nas escolas parceiras do projeto.

Com uma metodologia que busca promover uma alfabetização política em trinta e duas horas, o curso Cidadania (In)desejada já teve sua eficácia comprovada entre os estudantes participantes no IFPE, como veremos ao longo do texto. Dentre esse período de formação, há o objetivo de formar os estudantes concluintes da educação básica para a leitura da dimensão política da vida pública, visando o exercício da cidadania para além das urnas, através da compreensão dos diversos ambientes institucionais e instrumentos de participação popular para que intervenham de maneira democrática, em defesa coletividade e do bem comum. Sob este princípio, o projeto estimula o respeito ao pluralismo político e à diversidade de ideias e pensamentos na sociedade ao propor, em sala, debates e discussões de conteúdos relacionados à cidadania e à política em um universo amplo e, por vezes, associados a músicas, quadrinhos, séries, filmes, vídeos, jogos e simulações. Desenvolvendo, portanto, um curso de formação cidadã voltado para uma maior participação estudantil em questões e temas de interesse público.

A partir dessa formação, os cidadãos indesejados poderão atuar pela transformação social na realidade em que estão inseridos desde o momento em que haja uma interpretação para enxergar-se como esse agente da mudança. Atuando, assim, nas estruturas de uma sociedade desigual e injusta, em defesa da preservação e ampliação de direitos sociais, do bem comum e da coletividade. Além de, inequivocamente, poder contribuir para a melhoria do ensino da escola parceira.

2 Fundamentação Teórica

Antes de apresentar como foi estruturado e o processo do curso Cidadania (In)desejada, é necessário ter um embasamento teórico sobre a cidadania e o ser cidadão, abordando a importância da formação da cidadania na escola.

Tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma de suas finalidades é preparar o estudante da educação básica para o exercício da cidadania. De acordo com o Art. 2º, promulgada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade, e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1)

Com isso, a educação brasileira não busca apenas preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também, para o exercício da cidadania e do pensamento crítico, tendo o entendimento das necessidades educacionais da sociedade em que ele está inserido. No entanto, a realidade de muitas escolas destoa daquilo que está previsto em lei e termina por formar estudantes competitivos, focando apenas na sua preparação para o trabalho, deixando em segundo plano o preparo para o exercício para a cidadania, segundo a LDB.

Para ser um cidadão, é preciso ter o reconhecimento da integração do indivíduo com a comunidade política e ter acesso às decisões políticas, ser um ser político. Ele tem direito de eleger seu representante, como também de participar diretamente na condução dos negócios da cidade (VIEIRA, 2004). Na teoria constitucional moderna, para ser considerado cidadão é necessário que o indivíduo tenha vínculo com o Estado e seja o sujeito portador de direitos e deveres. Para complementar o que é cidadão, Benevides (1994, p. 7) afirma que “cidadão são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado”. A participação direta do cidadão no exercício do poder político confirma a soberania popular, o que é uma característica elementar da democracia.

Diante do exposto, o conceito de cidadania definiu-se como um conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão contribui por uma sociedade mais justa e equilibrada (BONAVIDES, 2000). Um dos pressupostos da cidadania é a nacionalidade, em que o exercício do indivíduo é ter consciência de seus direitos e obrigações os quais estão definidos na Constituição de seu país, garantindo que esses sejam colocados em prática. Em vista disso, para Benevides (1994, p. 9), “[...] a cidadania ativa, na qual o cidadão portador dos direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política”. Diante disso, o papel do cidadão é realizar tarefas para seu bem e também para o maior desenvolvimento da comunidade onde vive. Para que o cidadão exerça seu papel, é necessário que ele tenha conhecimento de sua realidade, compreenda-a profundamente e entenda sua dinâmica e seus símbolos. Só assim, ele poderá

lutar por seus direitos cívicos e sociais, além de cumprir seus deveres (CAVALCANTI, 2008).

Já, para Santos (2012, p. 19), a cidadania “é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”. Santos (2012) acrescenta que a cidadania se aprende, é assim que ela vem enraizada na cultura.

No século atual, nos deparamos com uma sociedade de onde emerge a individualidade, a fluidez e a efemeridade. Com isso, o sujeito perde a percepção da coletividade e abre mão das interações em grupos, entre grupos ou, até mesmo, o trabalho em equipe. Bauman (2005, p.60) coloca que “para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes (...) não constituem opções promissoras.” A grande questão é que, desta maneira, vai se perdendo o interesse pelo exercício da cidadania, de agir em sociedade, conhecer seus direitos, deveres e garanti-los, compreendendo a natureza e o fundamento dos mesmos. Contudo, para que voltemos a falar sobre cidadania ativa, em que os cidadãos deixem de ser considerados apenas consumidores ou mão-de-obra para o mercado de trabalho, é necessária a formação cidadã desses indivíduos. É essencial a participação ativa nas ações em prol da sociedade por parte desses cidadãos. Cientes de suas práticas, de seus direitos e de seus deveres, os cidadãos podem desempenhar um papel crítico na sociedade em um processo que exige reflexão sobre o contexto político do país e a formação de opinião.

A educação por sua vez, está voltada para a construção de uma cidadania ativa, onde esses indivíduos participem das decisões políticas. Segundo Ribeiro (2002, p. 115), “a educação é um bem que deve estar acessível a todos os indivíduos, de modo a tornar possíveis as condições para o exercício de uma efetiva cidadania.” Portanto, a educação formal é essencial para a formação do cidadão, pois é a partir dela que os indivíduos terão conhecimento do que é ser cidadão e como exercer sua cidadania em meio à sociedade.

Segundo Martins (2008), a educação é um instrumento social básico, o qual pode possibilitar ao educando o deslocamento da individualidade para a materialidade do exercício das práticas cidadãs. A autora complementa que educar é compreender que “direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos [...]” (2008, p. 50). Com isso, a

educação para a cidadania promove uma formação que proporciona a compreensão do espaço vivido, a tolerância, a solidariedade e o respeito à diversidade social e cultural (OLIVEIRA; THOMAZ, 2009). Vale acrescentar, que a educação, de acordo com Zambam (2006), é compreendida como um processo de amadurecimento das relações pessoais, sociais, econômicas, políticas, culturais, caracterizando a condição de agente como um importante qualificativo de participação social.

A escola é um espaço fundamental para a formação cidadã, pois é nesse local que o estudante da educação básica irá aprender e vivenciar a cidadania. De acordo com Cavalcanti (2008, p.87) “a escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural.” A escola possui um papel fundamental na formação da consciência cidadã dos estudantes, mas, a escola não é a única instância de formação cidadã e concepções e práticas da sociedade.

A formação cidadã não foca apenas em ensinar conteúdos e temas ligados ao Estado, Política, Democracia, Regimes de governos, entre outros; ela busca também formar cidadãos que conheçam a sua realidade, que atuem em sua vida pública e tenham conhecimento de como transformar o espaço vivido. Através disso, o indivíduo fará uma leitura de mundo e terá uma visão crítica de sua realidade, sabendo se posicionar politicamente em sociedade (CRUZ, 2015). Segundo Humberto Dantas (2017), um cidadão alfabetizado politicamente é um cidadão capaz de compreender a realidade do seu cotidiano e promover suas escolhas de acordo com a lógica democrática que ajudou a construir e busca transformar respeitando regras definidas. Baseado em toda essa discussão teórica, ao longo do curso Cidadania (In)desejada buscou-se desenvolver essa formação cidadã nos estudantes.

3 Metodologia/ Materiais e Métodos

O presente artigo, no ponto de vista da natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois buscou gerar conhecimentos e criações de novos produtos e métodos para aplicações práticas na escola parceira, solucionando os problemas do analfabetismo político dos estudantes na leitura e conhecimento da Constituição Federal de 1988. É importante ressaltar, também, que o tipo da pesquisa é

exploratório, com o intuito de buscar mais dados e informações sobre a formação cidadã dos estudantes.

A princípio, foi realizado um levantamento bibliográfico, em que foram feitas pesquisas em livros, sites, teses e artigos científicos com a finalidade de aprofundamento sobre a temática. Como ponto de partida metodológico, tomamos Humberto Dantas (2017) para a elaboração da ementa e do conteúdo programático do curso.

A construção do conteúdo programático (quadro 1) teve o objetivo de estruturar cada aula que seria ministrada, elaborando a ementa do curso. Em seguida, foram elaborados materiais didáticos como infográficos, vídeos, imagens e textos sobre as respectivas temáticas abordadas pelo projeto. A partir daí, o curso Cidadania (In)desejada foi ofertada no Campus Recife do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. As aulas, com duração de duas horas, ocorreram uma vez por semana em dezesseis encontros seguidos, sempre no turno da tarde, o que totaliza 32h de carga horária. Tendo como espaço a sala B-26, no bloco B, o curso contou com a participação de 15 estudantes assíduos. Os mesmos puderam tomar conhecimento do curso por meio das propagandas feitas em cartazes à mostra dentro do campus ou pelo grupo no *Facebook* do IFPE. Ainda, vale ressaltar que a inscrição ocorreu por meio online e todos estudantes regularmente matriculados estavam aptos para participarem. A seleção dos integrantes se deu por ordem de inscrição.

No curso, foram realizadas discussões de conteúdos relacionados à cidadania e à política em um universo amplo e, por vezes, essas atividades foram associadas à músicas, quadrinhos, séries, filmes, vídeos, jogos e simulações. Para elaboração dos jogos no curso, foram utilizados alguns jogos do *Fast Food* da Política, um site que tem por objetivo facilitar e desenvolver a educação política para que essas temáticas sejam aprendidas pelos estudantes de forma lúdica e instigante. Outras formas utilizadas para deixar as aulas mais provocativas foram as simulações. Essa ideia surgiu dos autores do curso, que tiveram como base algumas referências do portal politize e de Humberto Dantas (2017).

Por fim, na última aula, foi construído junto com os estudantes um plano de ação. Todos os estudantes participaram e deram ideias de intervenção no contexto em que vivem. Dentre essas ideias, uma se destacou: a proposta da inclusão de um Departamento de Alimentação Estudantil no IFPE – *Campus Recife*, já que o

Campus Recife não possui o departamento, nem sequer a oferta de merenda, algo que aflige os estudantes que estavam participando do curso. Após esse processo, foi realizada no mesmo dia a avaliação do curso, e para essa análise dos dados, foi utilizada a ferramenta do *Google Forms*, um dos aplicativos que fazem parte do *Google Drive*. A escolha dessa ferramenta se deu em razão da plataforma organizar os resultados dos dados captados em gráficos. Contudo, a partir deste laboratório realizado no IFPE, buscamos novas parcerias com o propósito de compartilhar essa experiência positiva com outras instituições educacionais públicas.

4 Resultados e Discussão

Ao tratar da relação jovens e política, observa-se que o principal fator na construção dessa relação é de como será abordada a discussão em meio a esses jovens. Muitas vezes as discussões são feitas de uma forma monótona e expositiva, quando, na verdade, os alunos desejam ser atuantes e envolvidos nas problematizações de assuntos que vão do local ao global. A partir desse cenário, é necessário criar novas fronteiras para o conhecimento do aluno ativo, sendo atribuído a esse um papel protagonista durante o processo de construção do saber. Esse será o indivíduo que irá se enxergar como um agente de transformação na sociedade em que está inserido.

Diante dos desafios citados, o curso Cidadania (In)desejada construiu seu conteúdo programático (Quadro 1) baseado em questionamentos atuais para discutir todo o eixo temático sobre os conceitos de Cidadania, Política, Estado, Governo, Democracia, Tripartição de Poder e Organização Político-Administrativa. Como, por exemplo, a aula 9 do curso intitulada “Direitos humanos para humanos direitos?”, a qual parte de um questionamento acerca de um dos clichês sobre direitos humanos para permear toda a discussão em torno do tema e culminar em uma simulação da Assembleia Geral da ONU com os estudantes participantes (conferir a Figura 1). Tal clichê é um discurso clássico revestido de preconceitos que tenta deslegitimar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aponta que só alguns (“humanos direitos”) teriam direito de gozar desses direitos. Mas, como sabemos e fizemos os alunos ficarem atentos a esse debate, os direitos humanos são universais e pertencentes a todos aqueles que sejam humanos. Assim, por meio

dessa discussão em que se busca contextualizar os jovens de diversas abordagens diferentes, apresentamos a organização de uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e a importância dessa instituição para a preservação dos direitos humanos a nível local e internacional.

Figura 1 – Aula 9: “Direitos humanos para humanos direitos? Atividade: Simulação da Assembleia Geral da ONU.



Fonte: Natália Salvador

Figura 2 – Aula 6: Eleições: A importância do voto. Jogo: Trilha do Voto



Fonte: Gustavo Barreto

Já a Figura 2, mostra um outro tipo de abordagem usual no curso, a utilização de jogos. A atividade em questão é a Trilha do Voto. O mesmo é um jogo de tabuleiro, desenvolvido pelo *Fast Food* da Política, com os principais eventos da história do voto no Brasil. Nessa aula nenhum conteúdo foi explanado antes do início do jogo. Assim, a partir da prática surgiram as dúvidas que regeram as discussões. Por exemplo, três estudantes questionaram-se sobre os votos brancos e nulos, pois uma das cartas trazia algumas informações que foram objeto de dúvida. Dessa maneira, os alunos conduziram o decorrer da aula a partir de suas próprias inquietações. Essa didática visa que os participantes do curso observassem a importância do ato de questionar-se e debaterem suas ideias.

A partir dessa nova abordagem de construir a formação cidadã, houve um retorno de cem por cento de satisfação com o material didático utilizado nas aulas, conforme a avaliação final do curso realizada no encontro 16. Materiais entre os quais foram usados: músicas, quadrinhos, charges, séries, filmes, vídeos institucionais e de alguns canais de *Youtube*, jogos e simulações. Dentre esses

materiais, alguns ofereciam um grau maior de imersão dos estudantes, como no caso dos jogos e das simulações. Nessas situações, os alunos também apresentavam uma maior aceitação e atenção ao conteúdo trabalhado. O que nos leva a acreditar que o problema não está na relação jovem-política, mas nas práticas pedagógicas que são utilizadas para a abordagem dessas temáticas.

Mas, além de haver toda uma preocupação dentro de sala de aula, os alunos foram levados para aula de campo (Figura 3). Nessa aula, os estudantes participaram de uma audiência pública sobre o “Processo de Requalificação Urbana do Pilar”, na Câmara de Vereadores do Recife. Esse tipo de atividade além de apresentar um novo repertório temático, conduz e familiariza os estudantes com um espaço que é seu por direito, a Câmara Municipal de Vereadores, e onde poderá cobrar boa parte de suas demandas como cidadão participativo.

Diante das práticas didáticas apresentadas, os estudantes conseguiram compreender a necessidade do exercício da cidadania para além das urnas e a importância de uma cidadania ativa. Esse entendimento foi gerado através da compreensão dos diversos ambientes institucionais e instrumentos de participação popular para que intervenham de maneira democrática, em defesa da coletividade e do bem comum. Além de serem alfabetizados na leitura e conhecimento da Constituição Federal de 1988, documento fundador de toda prática cidadã. Também, como fruto do desenvolvimento do projeto, foram produzidas fichas com os conteúdos abordados, slides, jogos que foram criados ou adaptados ao contexto local e simulações, como já apresentada anteriormente.

Figura 3 – Aula de campo na Câmara dos Vereadores do Recife.



Fonte: Gustavo Barreto

Quadro 1 – Conteúdo Programático do curso Cidadania (In)desejada

Conteúdo Programático
Aula 1: Não seja um idiota
Aula 2: A culpa é do Estado? Jogo: Contrato Social em sala
Aula 3: Imposto é roubo?
Aula 4: Governo, o que é isso? Jogo: Pra Cego Ver Jogo da Memória Tipos de Governos
Aula 5: Democracia Jogo: Quis Fake News: verdadeiro ou falso?
Aula 6: Eleições: A importância do voto Jogo: Trilha do Voto
Aula 7: Eleições: Política se discute Jogo: (DE)BATE BOCA
Aula 8: O 4º Poder (Mídia) Jogo: Analisando o texto Jornalístico
Aula 9: “Direitos humanos para humanos direitos?” Jogo: Integrando a Assembleia Geral da ONU
Aula 10: Análise dos resultados das eleições e a Tripartição de Poder Jogos: 3 Esferas; Cargos e Cargas
Aula 11: Os três poderes – O Poder Legislativo Jogo: Quebra-cabeça do Processo Legislativo; Completando os Tipos de Proposição de Leis
Aula 12: Os três poderes – O Poder Executivo Jogo: Eu decreto
Aula 13: Os três poderes – O Poder Judiciário Jogo: Palavra Cruzada do Judiciário; Sessão Extraordinária do STF
Aula 14: 30 anos da Constituição Cidadã de 1988 Jogo: Quiz: Quanto você sabe sobre a constituição?
Aula 15: Quebrando Tabus Jogo: Passa ou Repassa da Política
Aula 16: Plano de ação Avaliação do curso

Fonte: Conteúdo programático, set. 2018

Elaboração: Os autores, 2021.

5 Considerações Finais

Observa-se que o modo de abordagem do conteúdo de formação cidadã necessita de um método mais dinâmico para fazer com que os jovens desenvolvam interesse diante dos temas relacionados à política e à cidadania. Então, ao longo do

curso, atendemos a essa necessidade de remodelar a metodologia e as práticas pedagógicas com base no interesse e no conjunto de experiências de cada estudante.

Diante disso, este projeto de extensão espera contribuir e alertar para a extrema necessidade de que a formação cidadã deva ser garantida na educação básica, em especial no ensino médio, como já se prevê na LDB. Almeja-se que com isso, a cidadania brasileira tenha um caráter participativo, reflexivo e democrático; buscando fortalecer o Estado de Direito, comprometido com a justiça social.

Podemos perceber que, através da utilização de jogos e dinâmicas durante as aulas, esses estudantes foram construindo uma preocupação com o bem comum e com as questões políticas. Através de um processo de metamorfose, esses alunos começam a largar as amarras do individualismo e seguir uma linha de pensamento crítico e coletivo, pela equidade e igualdade entre os cidadãos, os quais são princípios constitucionais. Podemos chegar a essa conclusão através de uma avaliação subjetiva e constante dos estudantes, no qual se avaliava o comportamento deles em sala e alguns testes mais objetivos como a divisão de doces entre eles. Em um dos casos, foi colocado um pote de paçoca aberto na mesa e os alunos tiveram a preocupação de dividi-lo de forma igualitária e consciente.

Diante do exposto, é chegada à conclusão de que é importante que os estudantes tenham um papel protagonista durante a formação cidadã para que, com isso, compreendam que eles são agentes de transformação dentro da sociedade. Deste modo, é a partir da alfabetização política que se forma o cidadão capaz de compreender a realidade em que vive e que possa promover suas escolhas de acordo com a lógica democrática que ajudou a construir e busca legitimar – ou transformar – respeitando as regras definidas. A intenção é que possamos formar uma nova geração de cidadãos ativos, críticos, solidários e participativos que fortaleçam a nossa democracia. Uma geração de cidadãos indesejados.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENEVIDES, Maria Vitória. **Cidadania e Democracia**. [s.l.]: Lua nova, 1994.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2000.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CARNEIRO, Sônia M. M.; NOGUEIRA, Valdir. Educação Geográfica e a Consciência Espacial Cidadã. **Revista Contrapontos**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 85-101, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **A Geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de Geografia para vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008. p. 81-104.

CRUZ, Igor Sacha Florentino. **Da mera memorização à leitura de mundo**: a construção da formação cidadã no currículo de Geografia do ensino médio. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DANTAS, Humberto. **Educação política**: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

FAST Food da Política. Jogos. São Paulo – SP. Disponível em: www.fastfooddapolitica.com.br. Acesso em: 25 out. 2018.

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para a cidadania: O projeto político-pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Orgs.) **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 13. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; THOMAZ, Lurdes. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo**. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

POLITIZE. Disponível em: www.politize.com.br. Acesso em: 28 set. 2018.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, nº 2, p. 113-128, jul./dez., 2002.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ARTIGO

ZAMBAM, Neuro Jose. Educação, condição de agente e cidadania. **Vidya**, Santa Maria – RS, Centro Universitário Franciscano v. 26. N. 1, p. 55-64, jan/jun., 2006.

Recebido em 14/05/20.

Aprovado em 13/10/20.

Publicado em 22/02/21.